



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

PARECER PROJUR/COREN/MT Nº 124/2019

Interessada: L.F. COMERCIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ Nº. 22.328.534/0001-84)

DIREITO ADMINISTRATIVO – PROCESSO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 01/2019 - DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS DO EDITAL – CONFORME DISPÕEM OS ITENS 20.1.3 E 20.1.4 – DEIXAR DE ENTREGAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS – DESCUMPRIMENTO DE NORMAS EDITALICIAIS - DIREITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE PREVISTOS NAS LEIS Nº. 8.666/93 E NA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI Nº. 9.784/99. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DO JUÍZO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Senhor Presidente,

Em atenção à respeitável solicitação no sentido que fosse exarado Parecer Jurídico quanto ao Processo Administrativo nº. 492018-1/2019, processo este que trata de aplicação de sanções a empresa acima apontada como parte interessada.

Manifestamos nos seguintes termos:

O presente processo administrativo foi oriundo de ato previsto no Edital do Processo Licitatório - Pregão SRP 01/2019, no qual a empresa interessada, após a convocação da Pregoeira (fls. 67) não manteve a proposta, pois, **deixou de entregar a documentação exigida, deixando de cumprir o que dispõem os itens 20.1.3 e 20.1.4 do Edital SRP nº. 01/2019 (Processo nº. 049/2018):**

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. **deixar de entregar os documentos exigidos no certame;**
- 20.1.4. **ensejar o retardamento da execução do objeto;**
- 20.1.5. não manter a proposta;
- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

Insta salientar que a Pregoeira, conforme consta das fls. 66/67 e 67 (verso) informou a empresa interessada da desídia desta quanto a deixar de entregar a documentação e retardar o certame, e as 14:26:52 de 29/03/2019, a Pregoeira efetuou a recusa da proposta (fls. 33) pelo motivo de que a parte interessada não enviou os documentos no prazo estipulado - dentro de 02 (duas) horas a partir da convocação, que se deu às 09:59:14 conforme se extrai das fls. 67.

Ato contínuo foi a empresa ora interessada através do Ofício COREN-MT/LICITAÇÕES/COMPRAS/Nº. 14/2019 (Fls. 78 e 78/verso) cientificada do descumprimento e instada a formalmente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento do Ofício, a manifestar em defesa e juntar documentos que comprovam suas afirmações, atendendo assim o princípio do contraditório e da ampla defesa (Art. 5º inciso LV da CF/88) que também deve constar dos processos administrativos.

Conforme consta do processo Administrativo fls. 79 (data do recebimento do ofício pela interessada se deu em 11/06/2019) e as fls. 80 (data do protocolo da defesa (remessa pelo correio) 16/06/2019, o que se verifica a tempestividade da defesa (dentro do prazo), o que merece ser recebida e apreciada.

O que passamos a fazer abaixo:

A empresa interessada manifestou em defesa conforme as fls. 83/110 e em síntese alegou *“o descabimento da pena de impedimento de licitar e de contratar com o Poder Público ao caso dos autos – princípio da legalidade e da vinculação ao edital.”*.

Alega que: *“a conduta na qual supostamente incorreu a autora, nos processos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico, não foi de violação aos do artigo 27 §3 e 28 do Decreto regulamentador; o dispositivo infringido pela autora foi apenas o artigo 25 do mesmo Decreto, eis que jamais foi declarada vencedora do certame, jamais lhe foi adjudicado o objeto e jamais foi convocada para apresentar documentos originais, em via física, após ou como condição à assinatura do contrato;”*.

Aduz ainda que: *“a pena legalmente fixada para o desatendimento da obrigação do artigo 25 Decreto Nº 5.540/05 é a INABILITAÇÃO e a perda do negócio apenas;”*.

A empresa interessada afirma ainda em sua defesa que: *“apenas na hipótese dos artigos 27 §3º e 28 do Decreto regulamentador é que se poderia falar em aplicação das penas de multa, descredenciamento como fornecedor do SICAF, impedimento de licitar e contratar com a União. Porém, reiteramos, não houve enquadramento na conduta dos artigos 27 §3 e 28, pois foi inabilitada antes de chegar a essa fase”*.

A empresa defendente ainda *“se a conduta da autora não prevê as penas aplicadas, estamos diante de um processo administrativo ILEGAL, que deve ser*



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

desconstituído de imediato, à luz do princípio da legalidade, positivado no artigo 5º, II, da Constituição Federal de 1988, norma de observância obrigatória pelo administrador público, artigo 2º da Lei Federal Nº 9.784/1999, entre vários outros dispositivos da legislação federal.”.

Ao final pugna pela aplicação do princípio da razoabilidade e informa que não houve prejuízo a administração pública e de dolo ou má-fé da empresa licitante.

Por fim, a empresa interessada, pugna pelo recebimento da justificativa e pela não aplicação da punição, pelo afastamento de qualquer sanção possível e o arquivamento do referido Processo Administrativo.

É a síntese da defesa e o relatório processual do necessário.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Da análise do presente processo, verificamos que a parte evidentemente **deixou de entregar a documentação exigida, deixando de cumprir o que dispõem os itens 20.1.3 e 20.1.4 do Edital SRP nº. 01/2019 (Processo nº. 049/2018)**, conforme informou a Pregoeira, que possui fé pública e que seu ato administrativo, possui a presunção de legitimidade até a prova em contrário, como um dos atributos do ato administrativo.

O não cumprimento dos itens do Edital **não exige dolo ou culpa**, assim, o simples descumprimento dos itens do Edital enseja o ato que infringe o Edital.

As fls. 66, observa-se que a Pregoeira informa a todos os participantes mediante chat, antes de começar o Certame o seguinte aviso: “**b) Todos os Senhores, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Adm. Púb., firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais de que participam. Sabem, por consequência, que declarar possuir condições de participação sem as tê-las, pode acarretar propositura de sanção. Por esse motivo, solicito que encarem o processo licitatório com seriedade; c) saliente, ainda que o licitante que não mantiver sua proposta ou deixar de entregar a documentação exigida, poderá ser sancionado com impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos (art. 7º, da Lei n. 10.520/2002). Salvo aquele que motive via chat o motivo que não pode cumprir a proposta. (...) f) Os senhores licitantes devem observar o certame até o seu encerramento, acompanhando todas as etapas;...**”. (Grifos nosso).

Diante ao exposto acima, não há como aceitar a tese de defesa de que não tinha conhecimento ou de que não havia sido vencedora ou de que não tenha assinado contrato com o Coren-MT.

Por outro lado, com relação a aplicação dos princípios que regem a administração pública e que deve pairar também sobre os atos administrativos tenho como entendimento de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

que tal invocação da defesa merece ser acolhido diante dos seguintes fundamentos abaixo, senão vejamos.

A Lei nº. 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) destaca em seu Art. 2º que:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Desta forma, nota-se as folhas 73/74, que a empresa interessada não possui atualmente nenhuma registro de ocorrência ativa, embora já tenha possuídos ocorrências, mas todas com prazos já finalizadas, conforme constam de fls. 71/72 e ainda que nenhuma delas seja de forma a impedir a participação em licitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

Observa-se ainda que para o certame licitatório que a empresa interessada concorreu (Grupo 04 – LONGARINA 03 LUGARES COM BRAÇO FIXO AMERICANO) – cujo valor de aquisição do grupo era estimado em cerca de R\$ 670,00 (*Seiscentos e setenta reais*) ficou a cargo da segunda colocada, assim, embora descumprido o item do edital, **a empresa interessada não ensejou com sua desídia prejuízo à Administração Pública.**

O próprio Edital traz com relação as penalidades os seguintes destaques:

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO
Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

20.9. *Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.*

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

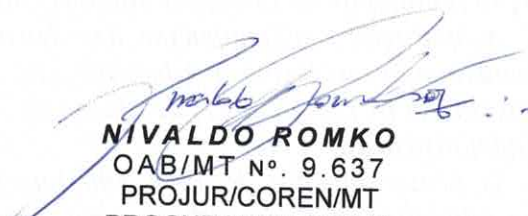
Assim, como acima exposto, a única penalidade cabível seria a Advertência, na forma do item 20.3.1 do Edital.

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto na fundamentação acima, nos encontramos em um ponto em que deve haver um juízo discricionário da administração, podendo esta decidir com igual legalidade, tanto pela aplicação de Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, conforme previsto no item 20.3.1 citado acima, assim agindo em caráter pedagógico com vistas a demonstrar a relação conduta/ consequência nas relações entre os licitantes/ fornecedores do Coren-MT, quanto pela não aplicação de sanções a empresa interessada e o arquivamento do processo administrativo, repito, o fazendo de acordo com os poderes de discricionariedade que lhe cabem.

É o Parecer.

Cuiabá/MT, 16 de julho de 2019.


NIVALDO ROMKO
OAB/MT Nº. 9.637
PROJUR/COREN/MT
PROCURADOR GERAL